



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS- FACIC/UFU**



MODELO: PLANO DE ENSINO REMOTO EMERGENCIAL

1. IDENTIFICAÇÃO

COMPONENTE CURRICULAR: Legislação Trabalhista				
UNIDADE OFERTANTE: Faculdade de Direito - FADIR				
CÓDIGO: GCC008		PERÍODO/SÉRIE: 2º PERÍODO		TURMA: INTEGRAL
CARGA HORÁRIA			NATUREZA	
TEÓRICA: 30	PRÁTICA: -	TOTAL: 30	OBRIGATÓRIA: (X)	OPTATIVA: ()
PROFESSOR(A): Magno Luiz Barbosa				ANO/SEMESTRE: 2020/1
OBSERVAÇÕES: Disciplina ministrada de forma remota em conformidade as RESOLUÇÕES DO CONGRAD Nº 7/2020 e Nº 25/2020.				

2. EMENTA

1. Constituição Federal
2. Consolidação das Leis do Trabalho
3. Repouso semanal remunerado
4. Gratificação de Natal
5. Empregado doméstico
6. Empregado rural
7. Trabalho temporário
8. Vale-transporte
9. Greve
10. Seguro-desemprego
11. FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

3. JUSTIFICATIVA

A disciplina Legislação Trabalhista é de fundamental importância no Curso de Ciências Contábeis, uma vez que o aluno terá noções de Direito do Trabalho, conhecendo a relação jurídica existente na relação de emprego e de trabalho, considerado um dos pilares mestres da dignidade da pessoa humana, constitucionalmente garantido pela Norma Maior como direito fundamental.

4. OBJETIVO

Objetivo Geral:

Dotar o aluno de conhecimentos necessários à interpretação dos problemas sociais e econômicos decorrentes das relações de trabalho e sua regulação através das normas jurídicas trabalhistas, identificando os direitos e obrigações atribuíveis às partes integrantes do contrato de trabalho e demais contratos de prestação de serviços, bem como seus desdobramentos e figuras afins, noções de sindicalismo, reforma trabalhista e funcionamento da Justiça do Trabalho, habilitando o futuro profissional neste segmento do mercado de trabalho.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS- FACIC/UFU**



Objetivos Específicos:

Proporcionar aos alunos os conhecimentos decorrentes das relações entre empregadores e empregados, e suas várias conseqüências no plano do Direito do Trabalho.

5. PROGRAMA

1. Constituição Federal de 5 de outubro de 1988.
 - 1.1. Deveres e Direitos individuais trabalhistas.
 - 1.2. Obrigações trabalhistas para as empresas.
 2. Consolidação das Leis do Trabalho
 - 2.1. Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.
 3. Repouso semanal remunerado
 - 3.1. Lei n. 605, de 5 de janeiro de 1949.
 4. Gratificação de Natal
 - 4.1. Lei n. 4.090, de 13 de julho de 1962.
 5. Empregado doméstico
 - 5.1. Lei Complementar n. 150, de 01 de junho de 2015.
 6. Empregado rural
 - 6.1. Lei n. 5.889, de 8 de julho de 1973.
 7. Trabalho temporário
 - 7.1. Lei n. 6.019, de 3 de janeiro de 1974.
 8. Vale-transporte
 - 8.1. Lei n. 7.418, de 16 de dezembro de 1985.
 9. Greve
 - 9.1. Lei n. 7.783, de 28 de junho de 1989.
 10. Seguro-desemprego
 - 10.1. Lei n. 7.798, de 11 de janeiro de 1990.
 11. FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
 - 11.1. Lei. N. 8.036, de 11 de maio de 1990.
-

6. METODOLOGIA

- A metodologia de desenvolvimento das AARE abaixo exposta é um planejamento preliminar, uma vez que o uso das plataformas de tecnologia para o ensino remoto pode exigir ajustes no decorrer das aulas. Isso significa que podem ocorrer modificações para um melhor funcionamento das atividades, o que só será possível no decorrer do período letivo. Como estratégias e técnicas de ensino serão usadas aulas expositivas ao vivo e gravadas, solução de problemas, análise crítica de textos e julgados.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS- FACIC/UFU**



- As atividades remotas serão realizadas virtualmente, por meio do MICROSOFT TEAMS, tanto as atividades síncronas e assíncronas, quanto as atividades de fixação e avaliação, devendo ser acessado o seguinte *link*.

<https://teams.microsoft.com/l/channel/19%3afbc8d1c88d0f40d0ad6808bdc86145ee%40thread.tacv2/Geral?groupId=5d013619-5ddc-4611-9c8a-54fb73254565&tenantId=cd5e6d23-cb99-4189-88ab-1a9021a0c451>

- Assim, os/as discentes que se matricularem na disciplina deverão usar o link retromencionado para ingressar na turma e acessar as atividades que serão lá desenvolvidas. Recomenda-se que se faça o download do aplicativo para melhorar a interação do usuário.
 - As atividades síncronas serão utilizadas tanto para o desenvolvimento do conteúdo da disciplina e para esclarecimento de dúvidas, em especial em razão das atividades assíncronas postadas.
 - Todas as atividades síncronas serão gravadas e disponibilizadas na classe Legislação Trabalhista no Microsoft Teams, para que os/as discentes possam ter acesso em outro momento.
 - As atividades síncronas serão realizadas todas as terças-feiras, na classe Legislação Trabalhista no Microsoft Teams, das 09:50 às 11:30 horas.
 - Sendo assim, serão desenvolvidos 16 encontros com duração de 01 hora e 40 minutos cada.
- As atividades Assíncronas, que não são ao vivo, ou seja, os/as discentes não terão interação simultânea com o professor e podem consistir em aulas gravadas, materiais de apoio como textos jurídicos e decisões judiciais, dentre outros pertinentes.
- As atividades assíncronas serão postadas após as aulas síncronas.

6.1 CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

ATIVIDADES SÍNCRONAS

02/03 - Constituição Federal de 5 de outubro de 1988.

09/03 - Deveres e Direitos individuais trabalhistas.

16/03 - Obrigações trabalhistas para as empresas.

23/03 - Consolidação das Leis do Trabalho

Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

30/3 - Repouso semanal remunerado

Lei n. 605, de 5 de janeiro de 1949. (1ª Parte)

06/04 – Repouso semanal remunerado

3.1. Lei n. 605, de 5 de janeiro de 1949. (2ª Parte)

13/04 - 1ª Avaliação (Valor 50,0 pontos)

20/04 – Vista de Prova

27/04 – Empregado rural

Lei n. 5.889, de 8 de julho de 1973.

04/05 – Trabalho temporário

Lei n. 6.019, de 3 de janeiro de 1974. (1ª Parte)

11/05 – Trabalho temporário

Lei n. 6.019, de 3 de janeiro de 1974. (2ª Parte)

18/05 – Greve

Lei n. 7.783, de 28 de junho de 1989.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS- FACIC/UFU**



25/05 – FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

Lei. N. 8.036, de 11 de maio de 1990.

01/06 – 2ª Avaliação (Valor 50,0 pontos)

08/06 – Vista de prova

15/06 - Encerramento de semestre

ATIVIDADES ASSÍNCRONAS:

- ✓ Gratificação de Natal

Lei n. 4.090, de 13 de julho de 1962.

- ✓ Empregado doméstico

Lei Complementar n. 150, de 01 de junho de 2015.

- ✓ Vale-transporte

Lei n. 7.418, de 16 de dezembro de 1985.

- ✓ Seguro-desemprego

Lei n. 7.798, de 11 de janeiro de 1990.

7. AVALIAÇÃO

- As avaliações serão realizadas individualmente, nas datas marcadas no cronograma acima, e devem ser entregues por meio de postagem no Microsoft Teams ou e-mail (magno.barbosa@ufu.br), impreterivelmente na data agendada, sob pena de atribuição de nota zero.
- As atividades avaliativas serão feitas de maneira assíncrona.
- São critérios de correção das atividades: não podem ser cópias ou plágios, devem usar adequadamente a língua portuguesa, ser pertinentes e corretas à questão formulada, preencher todos os requisitos colocados como pontos obrigatórios, ter redação clara, correta, lógica e coerente, não se excluindo outros critérios que a professora identificar quando da elaboração da avaliação.
- O conteúdo das atividades avaliativas é cumulativo.
- Haverá duas provas, com pontuação de 50 pontos cada uma, nas seguintes datas:

Total de pontos: 100 pontos

13/04 - 1ª Avaliação (Valor 50 pontos)

07/06 – 2ª Avaliação (Valor 50 pontos)



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS- FACIC/UFU**



8. BIBLIOGRAFIA

Bibliografia básica:

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

_____. Lei n. 605, de 5 de janeiro de 1949. Dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos.

_____. Lei n. 4.090, de 13 de julho de 1962. Institui a gratificação de Natal para os trabalhadores.

_____. Lei Complementar n. 150, de 01 de junho de 2015. Dispõe sobre a profissão de empregado doméstico, e dá outras providências.

_____. Lei n. 5,889, de 8 de junho de 1973. Estatui normas reguladoras do trabalho rural e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de julho de 1973, retificada em 30 de out. de 1973.

_____. Lei n. 6.019, de 3 de janeiro de 1974. Dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências.

_____. Lei n. 7.418, de 16 de dez. de 1985. Institui o Vale-Transporte e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 17 de dezembro de 1985.

_____. Lei n. 7.783, de 28 de jun. de 1989. Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências.

_____. Lei n. 7.998, de 11 de janeiro de 1990. Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o abono salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT – e dá outras providências.

_____. Lei n. 8.036, de 11 de maio de 1990. Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências.

Bibliografia complementar:

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: Ed. Saraiva, 2020.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do Trabalho. São Paulo: Ed. Saraiva, 2020.

DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: LTR, 2020.

Obs.: Toda Bibliografia básica pode ser encontrada de forma remota no endereço eletrônico da Presidência da República:

www.planalto.gov.br

9. DIREITOS AUTORAIS

Conforme Resolução Nº 7/2020, DO CONSELHO DE GRADUAÇÃO, Art. 8º “Todo o material produzido e divulgado pelo docente, como vídeos, textos, arquivos de voz, etc., está protegido pela Lei de Direitos Autorais (Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998), pela qual fica vetado o uso indevido e a reprodução não autorizada de material autoral por terceiros. Parágrafo único. Os responsáveis pela reprodução ou uso indevido do material de autoria dos docentes ficam sujeitos às sanções administrativas e às dispostas na Lei de Direitos Autorais”.

10. APROVAÇÃO

Aprovado em reunião do Colegiado realizada em: ____/____/____



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS- FACIC/UFU**



Coordenação do Curso de Graduação em: _____